

**Abel Barros Baptista, Sara de Almeida Leite,
Joana Meirim, Gustavo Rubim,**
**orgs. 2021, *Contra a Literatura: Programas (e Metas)*
na Escola. Lisboa: IELT / NOVA FCSH.**

Nos dias 20 e 21 de Outubro de 2017 decorreu no Instituto Superior de Educação e Ciências e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa um encontro acerca de “Programas (e Metas) na Escola” sob o título *Contra a Literatura*. O colóquio, organizado por estas duas instituições, reuniu cinco painéis cuidadosamente delineados: I. “Educação Literária Programada?”; II. “Papel do Professor: Professor de Papel?”; III. “Manuais: Livros de Instruções?”; IV. “E Agora, como se Faz uma Aula?”; V. “Formação de Professores: Perspetivas Finais.” Ao todo, o programa previa 22 intervenções com moderação dos organizadores do colóquio (e agora também deste volume): Abel Barros Baptista, Sara de Almeida Leite, Joana Meirim e Gustavo Rubim.

Assinalo o enquadramento original das intervenções que depois foram integradas no livro em apreço com três finalidades: a. sublinhar que o livro contém menos de metade das versões escritas mais ou menos dependentes das intervenções feitas no colóquio; b. assinalar que aqueles painéis estão diferentemente representados no livro (I – 1 texto; II – 2; III – 3; IV – 3), com maior incidência nos assuntos relativos a manuais e à preparação das aulas e sem vestígio das perspetivas finais sobre a formação de professores; c. destacar que, dos diferentes contributos, é o de Joana Meirim, “Educação Literária Programada?,” o que está alinhado com a dimensão mais *programática* da publicação, como se pode perceber pela seguinte observação no texto prefacial do volume: “Colocando-se *contra* a literatura, isto é, diante dela e para seu benefício, o colóquio pretendia decidir se a ‘educação literária’ não se colocava afinal *contra* a literatura, isto é, em oposição a ela e em seu prejuízo” (12).

Com efeito, o contributo de Meirim disputa a ideia de que a educação literária equivalha a um reforço da literatura nos programas e metas em apreço, discute o paradigma da representatividade (nacional e não só) na configuração que estes documentos oferecem da literatura e contesta o grau de regulação das

práticas lectivas, que a seu ver reduz professores e alunos a simples executantes de instruções. A oportunidade da argumentação patente neste contributo convidaria a interlocução representativa da visão posta em causa, por certo para que um ponto de vista mais regulador pudesse mostrar os méritos que também tem, mas, claro, o diálogo pode fazer-se fora do volume.

Entre outras questões levantadas pelo artigo de Meirim, destacaria duas, uma num plano alto e outra de plano baixo. No plano alto, uma das questões mais importantes é a de saber, ao defender-se uma muito maior margem de atuação por parte de professores e de alunos, qual deveria ser o grau certo de regulação dos documentos orientadores, se precisaríamos de todos os existentes e, no limite, como se deveria perfilar o papel do Estado nesta matéria. No plano baixo, seria também interessante inquirir sobre se o atual quadro regulador tolhe definitivamente o trabalho de iniciativa individual a desenvolver pelos agentes no terreno. Os outros contributos colocam-se diversamente perante estas perguntas, embora se note a preponderância de uma maior ou menor sintonia matizada com as posições de Meirim.

Menor sintonia nota-se da parte de Daniel Joana, quando afirma que “a autonomia pedagógica depende infinitamente mais da perspetiva – sempre autónoma – com que o professor decide abordar as matérias definidas” (23); menor sintonia também da parte de Sofia Paixão, ao reconhecer que “a autonomia do professor decorrerá da sua atitude reflexiva e da sua visão crítica relativamente aos documentos curriculares em vigor e às diversas publicações didáticas disponíveis no mercado” (34). Finalmente, menos ainda no que toca a Ana Santiago e Alexandre Dias Pinto, autores de manuais escolares publicados há poucos anos, concebidos portanto ao abrigo dos documentos normativos e orientadores que estão em vigor.

Maior sintonia é, em contrapartida, notável no artigo de Rui Mateus, que vê nos manuais (e instrumentos conexos) veículos de uma polivalência invasiva e ocupantes dos espaços próprios de outros textos e recursos, para não falar da atuação individual de professores e alunos (46). O efeito monopolizador dos manuais seria assim o de estimular a indolência através da promoção da reprodução de conteúdos *ready made*, fazendo com que, na linguagem de Osório Mateus, o *dar lido* ganhasse ao *dar a ler*. No que diz respeito aos manuais, esta vitória estaria também documentada na prevalência do modelo *compêndio* em relação ao modelo *selecta* (este último munido de orientações mínimas ao contrário das sobredeterminações daquele). É certo que a defesa do modelo *selecta* pode às

vezes vir embrulhada com laço de sentidos contraditórios, como é sugerido pelo seguinte apontamento de Jorge Calado a propósito dos seus tempos escolares:

Os tempos eram de livro único para cada disciplina, escolhido por concurso. Se, por um lado, me repugna a ideia totalitária de pôr todos os alunos do país a estudar pelos mesmos livros, por outro lado evitava-se a corrupção atual de editoras e autores, muitas vezes promovendo livros pedagogicamente falhados e cheios de erros. (2022. *Mocidade Portuguesa*, 314. Lisboa: Imprensa Nacional)

O argumento de Rui Mateus, e de outros autores neste volume (assim Teresa Vieira da Cunha), é um tanto outro. As metas curriculares impuseram pressões de calendário incompatíveis com o tempo *lento* da literatura (51) que o manual ameniza graças a uma proliferação de tipologias de conteúdo que permitem poupanças ao seu utilizador (poupanças de tempo, mas também de espírito crítico e de diversidade material na experiência de leitura).

Um tanto à parte neste espectro informal de maior ou menor aproximação às posições de Meirim encontra-se a intervenção de Luís Prista, que, por um lado, fornece uma visão ainda mais constrangida do ensino da literatura e, por outro, é um caso singular de relato sobre o engenho individual na maneira de lidar com diversas formas de constrangimento. Adicionalmente, o contributo de Prista faz um reconhecimento extremo da intratabilidade dos textos literários que já não estão escritos na nossa língua (segundo ele, do Padre António Vieira para trás). Trata-se de um reconhecimento merecedor de debate que não tem eco neste livro, mas que pode ser lido pelos seus organizadores assim: é também por causa de se ter apostado em estratégias centradas em dar a *literatura lida* (em vez de a *dar a ler*) que o cânone literário legível na nossa língua tem ficado cada vez mais reduzido.

A defesa de uma prática centrada no encontro individual, e tão pouco pré-definido quanto possível, com a literatura suscita perguntas relativas ao que se entende por literatura, a como se concebe o seu ensino, mas também a como se faz o reconhecimento e avaliação dessas práticas individuais monitorizadas. Neste sentido, o texto final de Sara de Almeida Leite remete para o que podem ser cenas especialmente úteis dos próximos capítulos deste debate:

Não é legítimo continuar a alegar que as leituras pessoais dos alunos são muito difíceis de avaliar, quando existe uma considerável bibliografia sobre formas válidas e eficazes de proceder à avaliação de leituras literárias individuais, que dependem da genuína transação com os textos. (101)

Este parece um passo necessário no trânsito das reservas de princípio a alternativa integral ao modelo atual. Uma proposta consideravelmente menos reguladora do que a que está em vigor exige o estabelecimento de posições concertadas em torno de documentos orientadores, de instrumentos de ensino, da formação de professores, entre outros aspetos, e torna-se mais viável quando se descortinar que, além de reservas, pode existir um acordo mobilizador na operacionalização de uma outra visão para o ensino da literatura. É também por esta via que se ultrapassa a bloqueio devido ao sim de Hipócrates e ao não de Galeno.

JOÃO DIONÍSIO é Professor de Literatura Portuguesa e de Crítica Textual na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa